

CONHECER E ESTUDAR O TRABALHO¹

Knowing and studying the work

Connaître et étudier le travail

SCHWARTZ, Yves²

RESUMO

O que é conhecer o trabalho? Com que categorias e conceitos podemos descrevê-lo? Com que distância ou proximidade podemos apreendê-lo? De que lugar nós, os especialistas, o avaliamos? Nessa conferência, um diálogo socrático é criado para descortinar os saberes e não saberes das noções manipuladas nesse campo. Ao final, as cenas demonstram que não há essência do trabalho, mas uma espécie de dramática comum que torna aceitável o uso da mesma palavra “trabalho” em circunstâncias tão diferentes: atividades industriais antecipadas por normas operatórias e sociais, mas que não são nunca vividas como puro produto destas, e sim como um debate contínuo de normas, e os valores que compõem seu inantecipável drama.

Palavras-chave: Trabalho; Conhecimento; Atividade.

RESUMÉ

Qu'est-ce que connaître le travail ? Avec quelles catégories et quels concepts pouvons-nous le décrire ? Avec quelle distance ou proximité pouvons-nous apprendre ce qu'il est ? A partir de quel lieu, nous, les spécialistes, le jugeons-nous ? Dans cette conférence, un dialogue à la mode socratique essaie de faire apparaître les savoirs et non-savoirs dans les notions manipulées au sein de ce champ. Finalement, ces échanges démontrent qu'il n'y a pas une essence du travail, mais une espèce de dramatique commune qui peut faire comprendre l'usage du même terme “travail” dans des circonstances si différentes : dans tous les cas, il y a des activités industrielles anticipées par des normes opératoires et sociales, mais qui ne sont jamais expérimentées comme purs produits de celles-ci, mais bien comme un débat continu de normes et de valeurs qui compose son inantecipable drame.

Mots-clés: Travail; Connaissance; Activité.

ABSTRACT

What is to know work? From which categories and concepts can we describe it? From what distance or proximity can we grasp it? From what place, us experts, evaluate it? At this conference, a Socratic dialogue is designed to uncover knowledge and non-knowledge of the concepts manipulated in this field. At the end, the scenes show that there is no essence of work, but a kind of common dramatic that makes it acceptable to use the same word “work” in such different circumstances: early industrious activities by operative and social norms, that are never lived as a pure product of these, but as an ongoing debate of norms and values that make up its unantecipateble drama.

Keywords: Work; Knowledge; Activity.

¹ Este texto corresponde à comunicação introdutória da sessão “Conhecer o trabalho” do Colóquio Internacional *Travail, Identités, Métier: quelles métamorphoses?*, ocorrido no Collège de France, em 23, 24 e 25 de junho de 2009. Uma primeira versão desse artigo foi publicada na *Revue Ergologia*, Société Internationale d'Ergologie, n.3, p.93-104, mar. 2010. Disponível em: <http://www.ergologia.org/uploads/1/1/4/6/11469955/3_schwartz.pdf>. Tradução: Admardo B. Gomes Júnior; revisão: Daisy Cunha.

² Filósofo. Professor Emérito de Filosofia da Aix-Marseille Université, França; Diretor Científico do Departamento de Ergologia, membro sênior do Instituto Universitário da França, 1993-2003. E-mail: <yves.schwartz@univ-amu.fr>.

Perguntemo-nos o que pode querer dizer, a propósito do trabalho, a expressão “*procurar conhecê-lo*”. Essa questão é preocupante porque não podemos razoavelmente falar do trabalho sem supor que seu conhecimento seja possível, que sabemos do que falamos. Sem um mínimo de definição do trabalho, podemos ter certeza do que significa “conhecê-lo”? Podemos apresentar uma Teoria dos Números, sem definir ao mesmo tempo a qual conjunto visamos? Visamos aos números Naturais, Racionais, Reais ou, ainda, aos Imaginários? Se os definimos como o conjunto dos números Reais, conhecer as entidades como $i^2 = -1$ não faz nenhum sentido.

Essa questão da definição de trabalho nós a temos, pessoalmente, sempre “trabalhado” tanto como um filósofo quanto como ator, mais ou menos engajado. E isso desde 68, quando este mestre tão ambíguo que foi Louis Althusser, teorizando os “Aparelhos Ideológicos de Estado”, afirmava que, como todos os sujeitos que “*andam sozinho*”, todos – seja ele “*operário, patrão, soldado*” – ocupa “*o lugar*” que lhe é designado “*neste vale de lágrimas*”. Estudem os “*lugares*” (aqui os da produção social), e vocês terão tudo o que vocês precisam saber sobre o trabalho. Abordagem, admito, um pouco caricatural, mas que nos remete a um problema profundo e recorrente: Como devemos avaliar as categorias e os conceitos pelos quais descrevemos o trabalho, com uma distância relativa disso que se trama nele, durante seu exercício? E, por aí mesmo como avaliamos, nós mesmos, este lugar social que ocupamos, como supostos especialistas do trabalho?

Isso não é em nada uma questão faceciosa ou provocativa: ela concerne, tanto ao exercício de nossos *métiers*, quanto ao “viver junto” com aqueles que trabalham ou trabalharam (aliás, de um modo geral, todo mundo). Talvez teria sido sábio começar por aí.

Em todo caso, talvez possamos compreender o antigo desejo de fazer um diálogo socrático sobre essa questão, porque, talvez, apenas a forma dialogada nos ajuda a descobrir nosso conhecimento, mas também nossos não saberes sobre noções cotidianas manipuladas por nós. Platão traz à cena os diálogos sobre “O belo”, “A coragem”, “O amor” etc. Mas o “O trabalho” não teria sido matéria para um de seus diálogos porque sabemos, especialmente depois dos estudos de Jean-Pierre Vernant, que essa atual noção abstrata é, se considerarmos aquela época, anacrônica, uma vez que a atividade industriosa se dividia na Grécia Clássica em alguns grandes registros heterogêneos. Aqui está ao que esse diálogo poderia parecer:

Sócrates: “Poludaidalos, tu que és tão sagaz, porque me dizes um dia que o trabalho desaparece, outro dia ele se transforma, o dia seguinte que ele deixou de ser uso do corpo e, no final da semana, que é o seu valor que desaparece? Eu sinto a coisa escapar-me. Tu que és competente, ajuda-me: do que estamos falando?”

Imaginemos uma primeira série de respostas rápidas:

“Vejamos Sócrates, todo mundo sabe quando sai de casa para ir para a fábrica, ao canteiro de obra de *Laurion*,³ ao hospício, ao escritório, o pedagogo na escola, que ele vai ‘trabalhar’. Não nos complique as coisas.”

³ Laurion: canteiro de minas de prata próximo a Atenas, Grécia.

Sócrates: “Tu falas de ouro, Poludaidalos. Mas e aquele que trabalha em casa a noite toda sobre essas maravilhosas novas máquinas, para elaborar novos planos para o templo de *Erectheion*,⁴ que seu mestre de obras pediu na madrugada? Aquele que percorre todas as ruas de Atenas para oferecer nas vendas os produtos de seu patrão? Eles não ‘trabalham’ também? O trabalho é definido pelos tempos e lugares?”

“Tu te divertes às nossas custas, responderia Poludaidalos. Já que insistes, eu te dou uma definição estrita e irrefutável do trabalho: todos esses exemplos e muitos outros têm em comum apontar uma troca codificada pelos nossos regulamentos. Contra certa quantidade e qualidade da nossa própria indústria, recebemos em troca um salário ou retribuição. Essa troca formalizada é chamada de trabalho.”

Sócrates: “Isto tem alguma aparência de verdade. Mas diga-me, Poludaidalos, algo me incomoda. ‘Troca formalizada’, tu dizes: mas e a mãe que cuida dos deveres das crianças, preparando conservas de azeitonas e, ao mesmo tempo, lava as roupas e cuida do bebê, será que ela não se ativa de maneira comparável a um empregado, para usar sua linguagem, na creche da rua próxima onde crescem nossos futuros soldados da infantaria? Ao depreciar essa forma de trabalho sob o pretexto de que ela não seria formalizada, não deveríamos temer que Aristófanes nos recolocasse em cena a raiva das nossas companheiras, muito pior do que *As Mulheres na Assembleia*?”⁵

“Onde tu queres chegar?” – Questionaria o outro, irritado.

“Isso me faz pensar, diria Sócrates, a propósito de um venerável sábio do trabalho, o que seria de nós hoje se ele não tivesse se juntado recentemente ao reino dos céus, Jacques Duraffourdikos.⁶ Um encanador pago por seu mestre, ele relatou, dizia que é quando ele reparava por pura amizade e benevolência os canos em seu vizinho que ele ‘verdadeiramente trabalhava’.

Tu vês Poludaidalos, um enxame de exemplos me vem, relatados pelos viajantes para além do nosso mar, onde as pessoas trocam diversos bens sem passar por essa formalização bem visível definindo os tempos, lugares, operações e de contrapartidas fixadas em dinheiro: Eu penso na guarda das bigas ao longo das calçadas das cidades populosas do Sul, à venda de mil produtos de consumo cotidiano pelos camelôs nessas mesmas cidades... Sem dúvida, a formalização dessa troca não tem a visibilidade que tu falas. Mas acredito que ela se prepara nas *ágoras* ocultas, onde se aprende coletivamente como negociar as restrições para sobreviver.”

“Mas, teria replicado Poludaidalos, tu misturas ao bel prazer. Aceitemos que haja duas essências diferentes do trabalho, uma envolvendo uma recompensa monetária, outra chamada trabalho para te agradar, mas longe do circuito da primeira. O ‘trabalho’ que se faz releva, de um, o de outro circuito.”

⁴ Erectheion: um dos templos famosos da Acrópole de Atenas.

⁵ N.T.: Peça teatral de Aristófanes.

⁶ Alusão a Jacques Duraffourg, ergonomista que morreu recentemente, que se formou no laboratório de Alain Wisner no *Conservatoire des Arts et Métiers* e cujo próprio gênio fecundou amplamente a abordagem (“ergológica”) aqui apresentada.

“Talvez tu tenhas razão com tuas duas essências para uma mesma palavra. Mas, caro Poludaídalos, insinuaria Sócrates, tu não tens a atenção por demais fixada sobre Atenas? Uma pesquisa à maneira do velho Heródoto, conduzida por Nouroudinos⁷ sobre a indústria dos pescadores do seu país, bem distante além das margens egípcias, conta-nos que ao regressar sobre o *yiko*, o cais, os pescadores dividem a pescaria em três partes, a parte para doar, a parte para alimentar a sua família e a parte vendida contra a moeda que ali se usa. Quando habilmente engajam o seu corpo inteiro para seguir o peixe adivinhado nos rastros da onda, será que já o partem ou se partem eles mesmos em três partes?”

“Eu te vejo chegar, peixe torpedo, prossegue Poludaídalos. Ou seja, eu propus uma dicotomia sem a prudência necessária no diálogo contigo. A verdade é essa: o trabalho começa com nossa sociedade de humanos, que só pode assegurar sua existência no cumprimento, dia após dia, das tarefas cada vez mais técnicas e diversas, pelos produtos que a natureza não nos fornece. Que importam as formas, os graus de codificação e troca de dinheiro, estas tarefas devem ser divididas entre cidadãos, metecos⁸ e escravos. Nem todos podem fazer tudo, mas todas as tarefas devem ser realizadas de modo que a cidade sobreviva. Aí está donde nasce ‘o trabalho’.”

“Tudo bem, diria Sócrates: o trabalho não teria nascido então há alguns sete mil anos, além das terras fenícias, com as primeiras aldeias de camponeses, ali onde pela primeira vez nossos semelhantes organizaram sua vida coletiva em torno do labor, da colheita, da domesticação dos bois e das cabras? Resumidamente, as primeiras ‘sociedades do trabalho’, de acordo com a tua última definição?”

“Por uma vez dissestes a verdade”, concordaria o interlocutor.

“Tenho uma dúvida, apressar-se-ia de dizer Sócrates: os nossos escavadores de terra relatam que milhares de anos antes destas sociedades de camponeses, para caçar, esquarterar, nossos antepassados se esforçavam muito para cortar lascas de pedra com muletas de ossos apoiadas em seus sovacos;⁹ e ainda bem antes, cortavam, retocavam, davam forma, a blocos de pedra, antecipando os ângulos a talhar segundo métodos de uma antiguidade remetendo sem dúvida aos ensinamentos dos deuses e se adaptando aos múltiplos acidentes que estes métodos não poderiam ter previsto. Sem dúvida, eles produzem ferramentas, mas para utilizar os recursos fornecidos pela natureza, não para ir além. Se do ‘trabalho’ retiramos isso, estamos seguros de não nos enganarmos na nossa investigação da essência?”

“Francamente Sócrates, diria Poludaídalos deixando a cena excedido, de que nos serve este imbróglio. Na Assembleia, se pede estratégias para a guerra, mas também para governar o trabalho. Tu só serves para nos tapar a boca.”

“É verdade, concluiria Sócrates, não sei mais eu mesmo o que pensar. Talvez assim mesmo tua definição de troca de indústria contra dinheiro teria coisas boas?”

⁷ Alusão a Abdallah Nouroudine, veja nota 6.

⁸ Habitantes da cidade ateniense, vindo de terras estrangeiras e sem estatuto de cidadãos.

⁹ O autor faz referência a uma técnica de produzir lascas utilizando instrumento que se assemelha a uma muleta construída de osso e utilizada nos sovacos pelos homens do paleolítico.

Pode-se pensar, de fato, que definir o trabalho é uma tarefa vã. Mas também que reside algo de muito profundo sob a ironia socrática: não há essência do trabalho, mas não haveria uma espécie de dramática comum que implicitamente nos torna aceitável o uso da mesma palavra “trabalho” em circunstâncias tão diferentes?

Em todas as cenas evocadas, e é próprio do gênio humano, qualquer aplicação da atividade industriosa é antecipada por normas operatórias e sociais, que podemos então dizer antecedentes. Eram já verdadeiros os antigos “métodos” de talhar paleolíticos, de levalloisianas¹⁰ ou outros, da organização coletiva da época do plantio, de colher o feno, e os cercos, das normas dietéticas, dos procedimentos de tapar os vazamentos, das gamas operatórias, dos protocolos e procedimentos, do respeito aos organogramas, às hierarquias, às regras de prevenção, aos contratos e às leis civis. Não há trabalho humano sem normas antecedentes.

Mas ao mesmo tempo — afirmamo-lo abruptamente, mas frequentemente justificamo-lo noutra lugar¹¹ —, é *impossível* e *invivível* que esse trabalho humano possa se aproximar e logo se fazer *conhecer* como puro produto dessas normas antecedentes. A propósito dessa afirmação propriamente “ergológica” — oriunda então de um estudo da atividade humana em geral —, nós desejaríamos mencionar uma tripla paternidade, aquela de três médicos “atípicos”: deixando de lado o exercício dos atos médicos, cada um deles confrontou suas interrogações sobre a saúde e a doença com o encontro, por todo ser humano, dessas normas antecedentes. Não é indiferente que esses três professores e doutores em medicina: o psicólogo Ivar Oddone, o filósofo George Canguilhem, o ergonomista Alain Wisner, tenham sido, diferentemente segundo suas idades, marcados pela resistência ao nazismo e/ou facismo — período que poderíamos caracterizar como desvio totalitário das normas antecedentes sociopolíticas. É particularmente notável que todos três tenham sido profundamente interpelados, pelo governo taylorista do trabalho, tentativa a mais extrema na história, de espartilhar a atividade industriosa pela e nas normas antecedentes. A afirmação comum deles, resultando dessas duas experiências, poderia ser assim formulada: *A saúde seria possível quando as normas antecedentes se apresentam, única e totalmente, heterodeterminantes das formas de trabalhar, sem significar também instrumentos e indicações que cada um, a seu modo, se aproprie para potencializar seu agir?*

Sem dúvida alguns teriam sido mais sensíveis à impossibilidade *técnica* dessa heterodeterminação, tendo em vista isso que Canguilhem tinha chamado as “infidelidades do meio”. Canguilhem foi o mais sensível à dimensão *invivível*. Mas os três nos teriam ajudado a retrabalhar a noção mesma de saúde: o corpo biológico, objeto do médico, permanece o suporte dessa “dramática”; mais além, ele é o centro de tentativas de reconfigurações do mundo a viver, tal que ele se propõe e/ou se impõe através um mundo humanizado, e logo modificável, de normas antecedentes.

Articular a herança desses três “médicos atípicos” e sem relação entre eles é nosso feito. Ergologicamente, parece-nos dificilmente refutável que toda atividade humana – e

¹⁰ N.T.: Termo qualificando a técnica de talhar no médio paleolítico.

¹¹ Veja, por exemplo, *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès Editions, 2000.

notoriamente as diversas formas evocadas como “trabalho” no nosso diálogo fictício – seja *sempre* atravessada pelos debates de normas. Do mais escondido no corpo, do quase inconsciente, ao plano mais explícito e reivindicado, toda atividade de trabalho é sempre um tipo de *dramática*. Entre as normas antecedentes, próprias a toda organização humana, e o distanciamento técnico e humano do *impossível/invivível*, toda atividade industriosa supõe os *debates de normas*; para resolver no cotidiano esses debates, é necessária, em nós, a presença operante de *valores*; arbitragens conduzindo aos *ensaios de renormalizações* guiando nosso agir industrioso. Tal seria nossa maneira de responder à impossibilidade de buscar a essência do trabalho, que Sócrates oporia com impertinência às certezas de Poludaidalos.

Podemos então retornar à questão: O que é *conhecer* o trabalho? Tudo o que resulta de saberes cristalizados, depositados no universo de normas antecedentes que enquadram as situações de trabalho, é conhecível, e, mais a conhecer: normas técnicas, organizacionais, gestionárias, jurídicas... O patrimônio das ciências humanas e sociais, que propôs as grades de interpretação do agir social, tem que ser considerado. Mas é verdade também que toda atividade industriosa se apresenta como acumulação de debates de normas? De onde resultam, em cada lugar e dia onde vivemos as renormalizações reconfigurando no infinitesimal ou o visível, nosso meio de vida e de trabalho? Se sim, então a ambição de conhecimento deve tirar as consequências disto. Nossos “lugares”, como dizia L. Althusser, não formatam jamais sozinhos nossas tentativas de viver o trabalho de forma saudável. Isso marca um limite sempre a redescobrir nas antecipações conceituais.

Certamente, Poludaidalos não estava completamente sem razão, como Sócrates o constataria ao término do diálogo. Muitos autores compreendem o trabalho como uma forma de troca codificada, é o que nós chamamos de trabalho “*stricto sensu*”: troca de prestação remunerada em uma sociedade mercantil e de direito. Em nossa experiência cotidiana e nas crises que nós vivemos, essa determinação do trabalho é fundamental. Como desconectar deste quadro histórico as competências a adquirir sobre o trabalho em nossas sociedades? Há qualquer coisa de instável, de crítico, que especifica essas sociedades nestas trocas entre heterogêneos, dinheiro contra tempos de atividade. É legítimo que nossos colegas competentes em gestão, em organização técnica, em ergonomia, em patologias e sofrimentos no trabalho, em riscos profissionais, em direito, em gerenciamento etc., se apoderem do trabalho sobre essa forma *stricto sensu* sem dever se colocar primeiro a questão platônica de uma indecifrável essência; o que não impede, aliás, muitos deles de ultrapassar esse quadro histórico em direção a uma preocupação antropológica.

Mas a questão, no entanto, está posta, nesses termos epistemológicos e suas implicações operacionais. Neutralizar esta entrada no trabalho pelo debate de normas, que não é uma especificidade de nossas sociedades mercantis e de direito, é sempre construir o risco de ignorar essas dramáticas da atividade, que fazem história, que talvez fazem a história; e que desse modo são inantecipáveis. Não podemos predizer como a singularidade das pessoas e dos grupos, a singularidade das situações de trabalho vão determinar a combinatória “impossível – invivível” em face das normas antecedentes. Não podemos prever como os valores vão pesar, nesse caso, sobre as arbitragens. E é por essa razão que os conhecimentos que antecederem à situação

de trabalho têm sempre que ser, em parte, recolocados *em instrução*. Do contrário, mecanizamos a vida humana no trabalho, da qual abusam os leques de razões quantitativas, ou “a avaliação por resultados” que esconde os debates de normas.

O contrato de trabalho, por exemplo, como troca de atividade contra remuneração, supõe, no seio de um Estado de Direito, uma exigência justificada de definição fazendo norma antecedente. Mas o quer dizer “atividade”? Como estabilizar essa estranha troca? Por exemplo, sem querer tornar visíveis esses debates de normas, como apreciar os casos em que falamos de “modificação substancial” da atividade, permitindo qualificar uma mudança de “modificação do contrato de trabalho”? Há nesse caso o inantecipável pelas regras e procedimentos *ex ante*. Para julgar, não há outra solução que não seja se instruir das *dramáticas da atividade*.

Outro exemplo de grande amplitude: a descoberta do universo do trabalho da mina, já que universitários se propõem a ali se instruir, trocando sobre a longa duração saberes codificados dos ergonômistas, sociólogos, médicos etc., e saberes investidos no crisol dos debates de normas através dos quais esta população de mineiros não cessa de fazer história, “mina por mina”: “Então é complicado de generalizar” diz um deles¹² (p.148). Antes de nos instruímos dessas gestões do impossível/invivível por aqueles que as gerenciam, não afirmemos que não sabemos nada, mas que a nossa ciência está em desconforto.

Podemos evocar um outro campo de estratégia hoje: Como pensar o desenvolvimento dos povos e particularmente estes do sul, em um contexto universalizado pela mundialização? Podemos pensar o desenvolvimento para os outros? Se desenvolver, é se trabalhar, quer dizer se escolher; as atividades industriais são um lugar maior – e subestimado – onde se convocam os valores de vida através dos debates de normas. Podemos pensar as políticas de desenvolvimento sem se instruir desses dramas enraizados na história singular dessas pessoas? Meu amigo Abdallah Nouroudine¹³ o diria melhor que eu. Se interrogar sobre a natureza, mesmo imperceptível do trabalho, para melhor apropriar os processos buscando seu conhecimento, é uma posição que tem a sua lógica. A pesquisa socrática não foi inútil. De forma alguma.

REFERÊNCIAS

- SCHWARTZ, Yves. **Expérience et connaissance du travail**. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1998.
- SCHWARTZ, Yves. **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe**. Toulouse: Editora Octarès, 2000.

Data da submissão: 14/03/2015

Data da aprovação: 17/12/2015

¹² Alusão à excepcional experiência de trabalho em comum entre os mineiros militantes do estado de Minas Gerais e arredores, e universitários da Universidade Federal de Minas Gerais em 2006 em Belo Horizonte. Essas declarações encontram-se na síntese desta experiência, coordenada pela professora Daisy Cunha, que interveio na mesma seção deste colóquio. Ver CUNHA, Daisy Morieira. **Trabalho:** Minas de saberes e Valores. Belo Horizonte: NETE/FaE/UFMG, 2007. p.148.

¹³ Professor na Universidade de Comores e colaborador de longa data do Instituto de Ergologia. Interveio igualmente sobre esse tema, na ocasião do colóquio internacional do Collège de France: *Travail, Identités, Métier : quelles métamorphoses?*